



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

MAXWELL SANTOS CONCEIÇÃO

**MEMÓRIAS CALEJADAS: O TRABALHO INFANTIL NAS USINAS DE CAPELA-
SE (1965-1970)**

SÃO CRISTOVÃO-SE

2023

MAXWELL SANTOS CONCEIÇÃO

**MEMÓRIAS CALEJADAS: O TRABALHO INFANTIL NAS USINAS DE
CAPELA-SE (1965-1970)**

Artigo Científico apresentado à disciplina
Prática de Pesquisa, como requisito para
obtenção do título de Licenciada em História
pela Universidade Federal de Sergipe.

Orientador (a): Prof. Dr. Claudefranklin
Monteiro Santos

SÃO CRISTOVÃO-SE

2023

RESUMO

O presente artigo pretende analisar o trabalho infantil realizado no ambiente das usinas de açúcar da região de Capela-SE entre os anos de 1965-1970, através dos relatos de memória de quem vivenciou o cotidiano dentro desses espaços de trabalho. Nesse sentido, a contextualização das origens das usinas investigadas, a maneira com a qual elas se apresentavam para a população da cidade e das regiões circunvizinhas, a análise das legislações vigentes em torno das questões do trabalho infantil e a compreensão da realidade em que essas crianças estavam inseridas na estrutura das usinas, são aspectos que serão abordados nesta produção. Dessa forma, além de contextualizar a situação legislativa nacional a respeito do trabalho infantil, a história oral se insere como instrumento importante de análise mais aprofundada das usinas no período.

Palavras-chave: Usinas; Trabalho Infantil, Memória, Capela-SE.

ABSTRACT:

This article intends to analyze child labor carried out in the environment of sugar mills in the Capela-SE region between the years 1965-1970, through the memory reports of those who experienced the daily life within these workspaces. In this sense, the contextualization of the origins of the investigated plants, the way in which they presented themselves to the population of the city and the surrounding regions, the analysis of the current legislation around the issues of child labor and the understanding of the reality in which these children were inserted in the structure of the sugar plants, are aspects that will be addressed in this production. In this way, in addition to contextualizing the national legislative situation regarding child labor, the oral history is inserted as an important instrument for a more in-depth analysis of the plants in the period.

Keywords: Power plants; Child labor; Memory; Capela-SE.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho pretende contribuir para a investigação a respeito das usinas de Capela-SE, durante os anos 1965 a 1970, utilizando-se de uma ferramenta do fazer histórico que permite acessar questões que os documentos oficiais muitas vezes não abordam ou mesmo não tem a preocupação de atender as expectativas dos historiadores ao olhar para o passado. A história oral, servirá, desse modo, como um recurso que permite acessar o trabalho cotidiano de crianças e adolescentes que viveram na região de Capela-SE e compreender como se deram essas experiências.

A escolha temática tem sua justificativa diretamente ligada ao ambiente familiar do pesquisador. Como dito, este trabalho utiliza-se largamente da fonte oral para que a partir dela possa-se compreender o funcionamento das usinas e o impacto do trabalho na vida do indivíduo que outrora participava das atividades na condição de menor. Tendo isso em vista, o interesse por tal assunto surge da convivência do pesquisador com sua avó, com a qual passou a maior parte da sua infância e adolescência. Nas conversas a respeito de seu passado ela expunha as questões de sua menoridade, momento em que as responsabilidades do trabalho chegaram de forma precoce, não tendo muito espaço, em uma determinada fase da sua vida, para brincadeiras e diversão. Nesse sentido, em variados momentos sua avó comentava sobre a realidade de dentro das usinas. Como era a rotina de trabalho, de estudo e quais atividades ela exercia dentro das usinas de beneficiamento de açúcar. A partir disso, percebeu-se que a questão do trabalho infantil na década de 1960 poderia ser abordada com o intuito de trazer a conhecimento público o relato de memória de Nedy da Conceição Santos, pois é uma oportunidade de apresentar a sua trajetória de vida, contribuir para a compreensão do trabalho infantil nas usinas de beneficiamento de açúcar, além de prestar uma homenagem a uma figura tão importante na construção de vida do presente autor.

Do ponto de vista historiográfico este trabalho contribui para lançar um novo olhar à questão das usinas de beneficiamento do açúcar em Sergipe, o qual não está vinculado à perspectiva unicamente econômica ou que dispõe sobre a trajetória de vida de seus proprietários, considerando seus empreendimentos como parte de sua conquista empresarial. Dessa maneira, ao invés de explorar essas linhas de pesquisas, intenta-se colocar em evidência a “história vista de dentro”, ou seja, aquela que tem a sua preocupação firmada nos trabalhadores, àqueles que presenciaram o cotidiano de trabalho e as exigências internas. Nesse caso, não trabalhadores que alcançaram a sua maioridade, segundo as legislações vigentes, mas

uma menor, uma criança, uma adolescente, que depois se tornaria adulta e resinificariam suas vivências, avaliando a sua própria trajetória de vida e carregando em si suas “memórias calejadas”.

De antemão é necessário compreender algumas questões a respeito dos conceitos trabalhados. As usinas fazem parte de um processo de modernização da produção de açúcar no Brasil. Em determinado momento do cenário açucareiro nacional os governantes juntamente com os proprietários dos engenhos resolveram acompanhar uma tendência de colônias pioneiras na transformação dos "banguês", cuja principal força motriz era tração animal, para um sistema modernizado permitindo uma maior produção. Dessa maneira, Sergipe foi uma das localidades cujos incentivos do governo imperial e, posteriormente, federal chegariam para transformar o cenário de produção de açúcar, garantindo aos proprietários que conseguiram realizar as mudanças necessárias levar vantagem sobre outros que ainda possuíam os seus engenhos “banguês” ou até mesmo engenhos centrais. Nesse sentido, Capela-SE faz parte de uma região denominada Contiguiba, famosa pela produção de açúcar. Nela, se deu o desenvolvimento do produto que acompanhou essa tendência de modernização que se materializou através das usinas de beneficiamento de açúcar.

As usinas no município sobreviveram até a segunda metade do século XX, empregando inúmeras pessoas e movimentando economicamente a região. No entanto, a problemática tratada nesse artigo é direcionada a presença de trabalho infantil nessas unidades produtivas. A Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem (CETI), define trabalho infantil da seguinte maneira:

É considerado trabalho infantil, no Brasil, aquele realizado por crianças ou adolescentes com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos, a não ser na condição de aprendiz, quando a idade mínima permitida passa a ser de 14 (catorze) anos. É obrigatório, no entanto, o ensino (educação básica) dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete anos), de acordo com o artigo 208 da Constituição da República Federativa do Brasil e artigo 4º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) (CETI, p. 3, 2016).

Por isso, analisada a seguinte questão, o trabalho infantil é observado não somente sob o olhar da ilegalidade, mas ressalta a experiência de trabalho que se sobrepõe sobre a necessidade educacional do indivíduo.

As principais obras utilizadas para embasar os aspectos históricos abordados neste trabalho, refere-se à contribuição de Josué Modesto Passos Subrinho em sua obra intitulada *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*, em que o autor trata sobre a formação econômica

de Sergipe no período, comportando as várias atividades que a região atuava, dentre elas a produção de açúcar. Nesse contexto, os aspectos gerais a respeito do cenário açucareiro, e como o mercado brasileiro, em variados momentos de aquecimento e desaquecimento devido a circunstâncias ocasionadas pelo cenário internacional, adequou o foco de produção do açúcar. Ademais, a obra intitulada *História de Capela: O uso da história local nos anos finais do ensino fundamental* de Edijan Santos Costa, serviu de base para pensar as origens de Capela-SE, situada na região da Contiguiba, área na qual a produção do açúcar se concentrou de uma maneira mais efetiva. Além disso, demonstra como o desenvolvimento do município de Capela e a sua autonomia política, também está ligada ao desenvolvimento econômico oferecido pelo sucesso açucareiro.

A abordagem metodológica escolhida para conduzir esta pesquisa está associada aos conceitos e pressupostos da chamada história oral. A memória e a experiência de vida do sujeito a ser entrevistado é de suma importância para uma construção de uma história, segundo Thompson (1998), “mais realista e mais imparcial do passado”, tendo em vista que ela permite abrir o espaço de conhecimento para pessoas pertencentes às “classes subalternas, os desprivilegiados, os derrotados” (THOMPSON, p. 26, 1988). Essa perspectiva da história oral permite-nos construir uma pesquisa a respeito das usinas no município de Capela-SE, que enfatiza a experiência de quem vendia a sua força de trabalho e não tinham acesso às questões profundas que envolviam os âmbitos político-econômicos. O mundo dessas pessoas está diretamente ligado à sua própria sobrevivência e a da sua família e, por isso, as suas preocupações não estavam relacionadas às questões sobre as quais as fontes documentais geralmente versam.

A história oral, ainda segundo Thompson (1988), abre novas possibilidades ao campo do estudo histórico e das outras ciências humanas e sociais, de modo que, “a história se torna mais democrática” (THOMPSON, p. 28, 1988). Para exemplificar seu uso e essa expansão das abordagens que a História Oral participa, ele diz:

Em alguns campos, a história oral pode resultar não apenas numa mudança de enfoque, mas também na abertura de novas áreas importantes de investigação. Os historiadores do movimento operário, por exemplo, estão pela primeira vez capacitados a empreender estudos convincentes sobre a maioria não-sindicalizada dos operários, e sobre a experiência normal de trabalho e seu impacto sobre a família e a comunidade (THOMPSON, p. 27, 1988)

A história oral é uma das ferramentas utilizadas no incessante processo de acesso ao passado e constitui-se, desse modo, segundo a historiadora Verena Alberti, uma importante fonte que diferente das outras “representa a ideologia em movimento e tem a particularidade, não necessariamente negativa, de “reconstituir” e totalizar, reinterpretar o fato” (ALBERTI, p.14. 2004). Nesse sentido, o esforço empreendido pelo entrevistador está em perceber a nuances de seletividade contidas na fala da pessoa detentora da memória, uma vez que o processo de recordação da memória está diretamente vinculado ao caráter seletivo dela, as quais classificam consciente e até mesmo inconscientemente as lembranças que são de maior ou menor importância. Apesar dessa característica de seletividade do discurso não ser exclusividade da história oral, ela ganha uma nova dimensão na medida em que o pesquisador pode perceber as possíveis imprecisões durante a entrevista ou até mesmo durante o processo de revisão da gravação (ALBERTI, 2004). Ademais, além da história oral ser uma abordagem que recupera as memórias dos excluídos por outros vieses historiográficos, ela também pode servir como forma de “recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: acontecimentos poucos conhecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares, etc” (ALBERTI, p. 22. 2004).

Tendo isso em vista, este trabalho está estruturado da seguinte maneira: No capítulo primeiro, busca-se compreender o cenário de produção de açúcar no Brasil e como fatores de ordem externa demandaram transformações nas políticas econômicas nacionais, inclusive impulsionando o surgimento das usinas no final do século XIX. Posteriormente, analisa-se o surgimento do município de Capela, intimamente ligada à produção de açúcar e como o desenvolvimento dessa atividade proporcionou a instalação de quatro principais usinas (Proveito, Vassouras, Santa Clara e Pedras) na região durante o século XX. Por fim, investiga-se o relato de memória de Necy da Conceição Santos e suas vivências dentro das usinas, a fim de explorar a sua percepção sobre a realidade em que vivia no município, as suas motivações para o trabalho, as questões de funcionamento interno das usinas e relação entre trabalho e desenvolvimento educacional.

1 – Breve histórico da cultura canavieira e suas dinâmicas econômicas

A economia açucareira em âmbito nacional vivenciou momentos de crescimento, como também períodos de desaquecimento dos mercados consumidores. Do ponto de vista econômico, há fatores que influem diretamente na produção e comercialização do açúcar que

também são condicionados aos eventos políticos e sociais de ordem nacional, regional e internacional. Nesse sentido, à medida que reduzimos a análise para uma escala regional, percebe-se que há uma diferença entre os momentos econômicos vividos pelas províncias e depois pelos estados pertencentes a atual região Nordeste. No entanto, primeiramente é necessário fazer um panorama mais geral da trajetória açucareira, destacando o seu papel no mercado internacional, bem como as dificuldades encontradas para comercialização deste produto e depois contextualizar como Sergipe está inserido nesse contexto açucareiro, principalmente na transição engenho/usina.

A produção açucareira introduzida no Brasil pelos colonizadores portugueses, após as experiências bem-sucedidas nas ilhas do atlântico, segundo Antonio (2012) alcança o seu melhor momento no contexto das reformas pombalinas no final do século XVIII, nas quais há um aumento significativo da produção do açúcar. Desse modo, Antonio (2012), contrasta com a concepção de crise do modo de produção, inserida em um contexto de industrialização em uma perspectiva internacional, que provocou embates políticos e manifestações do desejo separatista da metrópole. Além das reformas implementadas pelo Marquês de Pombal, fatores como a “desorganização da produção nas Antilhas, envolvidas nos reflexos da Revolução Francesa e da montagem do império napoleônico” (ANTONIO, 2012 p.27) são determinantes para o açúcar do Brasil se destacar em um cenário internacional. As somas de aspectos internos de produção açucareira e uma série de fatores internacionais contribuíram para o bom momento do açúcar nesse período.

No entanto, nesse momento de domínio napoleônico dos países europeus e do comércio inglês (bloqueio continental), o imperador também incentivou a produção do açúcar a partir da beterraba, medida cujos efeitos representaria décadas depois, um duro golpe na economia açucareira, pois como bem diz os historiadores Rodrigues e Ross (2020) a partir dessa nova técnica de produção de açúcar, o comércio europeu passou integrar o mercado internacional, afetando assim, os preços do produto mundialmente, que entraram em rápido declínio.

Um das características que marcam a economia açucareira no Brasil é a persistente dificuldade de modernização que limitam a produção dos engenhos e mais tarde das usinas. Outras colônias como é o caso de Cuba e Java, começaram a introduzir processos mecânicos entre os anos de 1790 e 1830, possibilitando um significativo aumento de produção ao alcançar a marca inédita de 1 milhão de toneladas anuais de açúcar (RODRIGUESS; ROSS, 2020, p.68). Nesse sentido, essa transformação modernizadora que ocorreu, inicialmente, em Cuba e Java,

e depois foi seguida por engenhos de outras colônias, foram decisivas para a consolidação dos mercados consumidores provenientes desses territórios e a desvalorização persistente do açúcar brasileiro.

Dessa forma, durante todo o século XIX, apesar das exportações de açúcar não cessarem, cada vez mais o Brasil passou a ter um papel secundário no mercado açucareiro internacional, fazendo com que, nos primeiros anos do século XX, a produção brasileira fosse inexpressiva em termos de produção mundial de açúcar (RODRIGUESS; ROSS, 2020, p. 69).

A participação de Sergipe na economia açucareira seguiu o fluxo de exigência do produto em âmbito internacional e que promoveu uma estruturação de um complexo mercado escravista, para servir como mão de obra nos engenhos, e sustentar a demanda externa pelo açúcar e o algodão em segundo plano (Subrinho, 1983). Ainda assim, as mudanças no cenário internacional, como já mencionado, durante a segunda metade do século XVIII e início do século XIX, afetaram significativamente os rumos da produção da então região norte do país e consequentemente de Sergipe. Com o surgimento da cultura cafeeira no sul do país e o aumento considerável das exportações do produto, o foco dos senhores de engenho da região “nordeste” se estabeleceu em torno de suprir as necessidades de um mercado nacional.

Nesse sentido, em relação a um mercado regional, Sergipe teve um papel secundário, quando comparado a outros produtores como é o caso de Pernambuco e Bahia. Apesar de Subrinho (1983), afirmar que há uma dificuldade de precisar os números exatos das participações dessas províncias, uma vez que, não é discriminado a quantidade de açúcar destinado a atender o mercado internacional e o mercado nacional. No caso sergipano, há um empecilho relacionada a forma com a qual esse produto era escoado, tendo em vista, que o açúcar produzido em Sergipe na década de 1850, passa primeiramente pela Bahia para em seguida alcançar o seu mercado externo. A situação muda levemente de cenário a partir de 1862-63, em que uma certa quantidade é exportada diretamente da província. Por causa desses desencontros nos dados, que não delimitam de forma clara qual é a participação das províncias no mercado interno em comparação ao mercado externo, “há uma superestimação da participação sergipana nas exportações brasileiras de açúcar, já que parte delas se dirigem ao mercado nacional” (SUBRINHO, 1983, p. 29).

Algumas outras medidas influenciaram a participação do Brasil no mercado internacional. A promulgação do Sugar Act, por exemplo, cujo objetivo era reduzir as tarifas

sobre as importações do açúcar, permitiu o reaquecimento da produção nacional durante as décadas de 1850 e 1860. As reverberações dessa medida resultaram em um crescimento das exportações da Província de Sergipe Del Rey, seguidas por momentos de retração e de sensível recuperação que se seguiu nos anos de 1866-77 (Subrinho, 1983). No entanto, ao final da década de 1860 há novamente uma queda no preço médio por tonelada exportada. Como dito, esses cenários econômicos refletem uma tendência internacional de transformações no preço do açúcar devido a conjunturas específicas:

Este aumento no volume exportado acompanhado da redução do preço médio, é compatível com as condições do mercado internacional na segunda metade do XIX: grande difusão do consumo; queda de preços devido o aumento da concorrência; surgimento de produtores de açúcar de beterraba no continente Europeu, cujas, exportações eram altamente subsidiadas (SUBRINHO, 1983, p. 29).

Diante dessas transformações de ordem econômica, em âmbito externo, bem como as questões internas de abolição da escravatura, que era a força de trabalho que movimentava a economia açucareira. O Brasil teve que se adaptar às mudanças para de alguma forma manter a produção relevante em uma perspectiva geral. Algumas das modernizações outrora promovidas nas colônias de Jarva e Cuba, seriam implementadas em solo brasileiro, com a introdução de máquinas a vapor, no final do século XIX. Desse modo, o projeto de modernização do setor produtivo ligado ao açúcar seria não somente uma iniciativa isolada dos senhores de engenhos, mas fazia parte de uma preocupação estatal quem 1875 promulgou o Decreto Legislativo nº 2.867, que previa garantia de juros e isenção impostos “sobre a importação de máquinas e mão de obra livre” (RODRIGUESS; ROSS, 2020, p.72 apud CANABRAVA, 1971, p. 108-109), para àqueles proprietários que estabelecessem o engenho central como modo de produção e aderissem ao plano de modernizar a produção.

Os engenhos centrais seriam uma tentativa inicial do império de modernizar a produção, estabelecendo maquinários que faziam parte da experiência de outras localidades, bem como uma forma de racionamento produtivo. Uma vez que, houve uma descentralização do processo de plantio em relação a produção do açúcar propriamente dita. Segundo, Subrinho (1983), o projeto de implementação desses engenhos centrais fracassou. Apesar de haver outros autores que sustentam a ideia de que esse fracasso inicial de uma modernização, mesmo que conservadora, não impediu que mais tarde outras medidas estatais fossem colocadas em prática,

agora com o surgimento das usinas de beneficiamento de açúcar, configurando os engenhos centrais como um passo em direção à modernização.

A respeito dessa segunda tentativa modernizadora, em Sergipe, muitos senhores de engenhos no começo do século XX passaram a transformar seus engenhos em usinas (Subrinho, 1983). Em 1916, por exemplo, há uma convivência das usinas com outros engenhos movidos a força hidráulica, animal e a vapor, no entanto, é percebido uma discrepância muito grande entre a produção da primeira em relação às outras. Os proprietários que obtinham recursos suficientes para empregar as transformações necessárias para se implementar uma usina, sobrepujaram a produção dos senhores de engenhos. Os incapazes de empreender essas mudanças, arrendavam suas terras, produziam cana para usinas adjacentes ou cuidavam da produção pecuarista (Subrinho, 1983).

As usinas em Sergipe, inexoravelmente, destruíram os pequenos engenhos, pois sua crescente produção, não deixava espaço para esses estabelecimentos, já que o mercado para o açúcar sergipano, ao longo das três primeiras décadas do século XX, não apresentou expansão significativa. Assim, em 1891-1892 a produção do Engenho Central Riachuelo, 1.255 toneladas de açúcar, equivalia a 5,6% das exportações sergipanas dos produtos. Em 1907, 41 usinas produziam 9.180 toneladas de açúcar, que equivale a 41% das exportações estaduais, e em 1916, 42 usinas produziam 10.030, equivalentes a 49,6% das exportações estaduais do produto (SUBRINHO, 1983, p. 97-98).

Os engenhos sergipanos, em 1916, diminuíram significativamente devido a chamada, Subrinho (1983), crise da agroindústria açucareira, ocasionada principalmente pelo início da I Guerra Mundial, momento em que o açúcar não tinha relevância em cenário internacional e o no caso de Sergipe a sua produção não era significativa no mercado nacional. Nessa conjuntura é que surgem as usinas, dificultando cada vez mais a subsistência dos engenhos na produção de açúcar. Assim como os engenhos centrais, houve uma preocupação estatal em manter viva a produção nacional de açúcar. Através de isenções de impostos e outras concessões, a recém-nascida república brasileira, deu mais um passo em direção a modernização da produção desse produto que durante séculos permeou as relações político-econômicas no Brasil.

O número de usinas em Sergipe aumentou significativamente nas primeiras décadas do século XX, de 14 em 1903 para cerca de 86 usinas em 1927. Apesar da produção se destacar em relação às demais formas de produção, ainda assim as usinas sergipanas não eram o modelo ideal de modernização, uma vez que, muitas delas eram denominadas pelas autoridades de

“meias-usinas”, segundo Subrinho (1983), devido a precariedade dos equipamentos, em decorrência do baixo acúmulo de capital, e pela inexistência de um meio transporte efetivo para a cana-de-açúcar. Por isso, “[...] das 14 usinas existentes no Estado em 1903, apenas uma seria propriamente usina, 5 em 1916 e 10 em 1927” (SUBRINHO, 1983, p. 99).

Dessa forma, a trajetória do açúcar em Sergipe está estritamente ligada aos cenários internacionais como o caso da produção de açúcar nas Antilhas, Bloqueio Continental, e I Guerra Mundial. Nesse sentido, esses eventos trouxeram consigo dinâmicas de intenso crescimento, principalmente, durante a primeira metade do século XVIII, mas também, de dificuldades quando o jogo de forças políticas e econômicas não se mostraram favoráveis. A abolição da escravatura também foi um atenuante decisivo, para a mudança de enfoque da produção do açúcar em terras brasileiras. Os produtores de açúcar vivenciando essas condições, unidos com o império tentaram solucionar os problemas de produção adotando uma estratégia de modernização dos antigos “banguês”. A fundação do engenho central, com a introdução da máquina a vapor, já experimentada em outras colônias (Java e Cuba), será a materialização dessa tentativa que promoveu incentivos fiscais para ser levada a cabo. Não obstante, o sucesso do empreendimento não se sucedeu, pelo menos não como se havia imaginado. Contudo, isso não foi capaz de encerrar o anseio pela modernização, que teve sua sequência nas primeiras décadas da República com o surgimento das usinas. Em Sergipe as usinas superaram os antigos engenhos em produção e em área cultivada, apesar de muitas dessas unidades produtivas serem denominadas de “meias-usinas” devido a sua precariedade de transporte e maquinário.

2 – Economia e as usinas de Beneficiamento de Açúcar de Capela-SE

O município de Capela está localizado em uma das principais regiões de plantio da cana-de-açúcar da capitania de Sergipe Del Rey. A região da Cotinguiba, que está situada entre os vales dos rios Cotinguiba, Sergipe e Japarutuba, foi um importante polo de produção do produto na província. Segundo, Almeida (1975), várias vilas que compunham a região alcançaram os seus florescimentos devido às condições geográficas e climáticas favoráveis.

Nesse sentido, Capela, tem o seu surgimento intimamente ligado ao plantio da cana-de-açúcar, conquistando o seu desenvolvimento econômico e sua autonomia política. As suas origens mais remotas remetem ao início do século XVIII, quando “[...] Luiz de Andrade Pacheco e sua esposa Perpétua Matos França doaram terra para a construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Purificação, no sítio Tabuleiro da Cruz” (COSTA, 2021, p.

34). Além do terreno uma quantia foi doada para edificação da capela, finalizada em 1737, quando passou a receber moradores que se estabeleceram na localidade. A povoação pertencia a área que, segundo Almeida (1975), se destacou como zona produtora de açúcar na região da Cotinguiba: A vila de Santo Amaro das Brotas.

Ao termo dessa vila, pertencia o maior numero de propriedades canavieiras da Capitania e também povoações de representavel população, tais como: Rosário do Saco, distante três léguas da de Santo Amaro; missão de Japarutuba a sete léguas; Capela a oito léguas a freguesia de Divina Pastora e São Gonçalo, distantes quatro léguas; Pé do Banco, atual Sirirí, distante cinco léguas; sítio dos Enforcados (Nossa Senhora das Dores), distante dez léguas; outra no Bom Jesus, distante cinco léguas [...] (ALMEIDA, 1975, p. 490).

A povoação cresceu e se desenvolveu, e em 1833, Capela é elevada à categoria de vila, com o nome de Nossa Senhora da Purificação. O cenário político na então vila se mostrou relevante no contexto de conflitos que se estabeleceram na primeira metade do século XIX, como é o caso da “Revolta de Santo Amaro” (1836). A luta entre “Rapinas” e “Camundongos” encontraram na vila importantes representantes e cenário para uma tentativa de investida armada. A sua relevância no cenário político na primeira metade do século XIX, segundo Costa (2021), a fez conquistar a condição de comarca, em 1861, através da Resolução nº 607. Só em 1888 é que ocorre a elevação à categoria de cidade por meio da Resolução nº 1.333 de 28 de agosto de 1888.

Dessa forma, todos os processos que permeiam uma relevância política significativa e, por consequência, uma organização administrativa própria, foram acompanhados por uma situação econômica favorável da região. Cada vez mais proprietários de engenho passaram a integrar a Cotinguiba para fazer os seus lucros e aproveitar as oportunidades da economia açucareira, apesar dos seus períodos de desaquecimentos já mencionados. Como bem diz, Costa (2021), há fatores de ordem climática e geográfica que explicam o sucesso da região, dentre eles estão:

[...] o clima quente e úmido com chuvas regulares; o solo de massapê, que se faz presente na maior parte das terras da região; e a existência de rios navegáveis, indispensáveis para o escoamento da produção. Um outro fator importante era a grande cobertura vegetal de Mata Atlântica que existia na região e era utilizada para fornecer lenha para a fornalha dos engenhos no período da moagem da cana (COSTA, 2021, p. 2021).

A vila de Capela passou então a usar desse favorecimento natural, para aumentar a sua capacidade produtiva, utilizando-se das barras do rio Japarutuba, nas quais as embarcações diariamente conduziam os sacos de açúcar comercializados com destino ao mercado internacional. Em meados da década de 1850, a vila de Capela contribuiu para que a região do Cotinguiba se tornasse a maior produtora de açúcar.

A década de 1850, no âmbito da economia açucareira, foi um período de expansão das propriedades de açúcar em todo território da Cotinguiba, o bom momento internacional influenciou os proprietários de terras a adentrar no comércio de açúcar fundando seus engenhos nesta região. Orlando Dantas (1980), em sua obra *Vida patriarcal de Sergipe* faz um levantamento dos engenhos existentes em Capela no ano de 1859. O autor elenca cerca de cem engenhos, entre eles o engenho Recurso, propriedade à época do Cap. Domingos Vieira de Mello, sendo adquirido em um momento posterior por Manoel Correia Dantas. Além disso, há também a presença do engenho Proveito, propriedade de João Teixeira de Guimarães, que foi adquirido posteriormente por Dr. Francisco Vieira de Andrade.

O autor dessa obra, Orlando Vieira Dantas, é oriundo de uma família que se estabeleceu em torno da produção de açúcar. O seu avô, Francisco Correia Dantas, fez a sua vida através da produção do açúcar. Proprietário dos engenhos Mouco (Santa Rosa) e Vassouras (Divina Pastora). Francisco Dantas passou a sua herança material aos seus filhos, cabendo a Manoel Dantas a responsabilidade pelo engenho Vassouras. Segundo Dantas (1980), a aproximação com o seu genro José Luiz Coelho e Campo, motivou Manoel Dantas a ir a Capela, principalmente pelas suas afinidades políticas e intelectuais.

A presença do sr. Manoel Dantas em Capela, município de potencialidade econômica, social e política, como representante do seu cunhado Coelho e Campos e também cunhado do dr. Vieira de Andrade, Juiz de Direito da Comarca, significaria em tempo o fortalecimento do poder político para o grupo já bastante expressivo do município (DANTAS, 1980, p. 60).

O seu estabelecimento no município de Capela conferiu a Manoel Dantas um prestígio de ordem política e social. Ao deixar o engenho herdado aos cuidados do seu irmão mais novo, Teófilo, construíra a sua rede de alianças, inclusive casando-se com Adelina Vieira de Andrade, filha do Dr. Vieira de Andrade, proprietário do engenho Porto dos Barcos. Arrendado também para si, o engenho Palmeira, local de nascimento do seu primeiro filho Orlando Vieira Dantas, que ao crescer assumiu o engenho Vassouras, transformado em usina de beneficiamento de açúcar, acompanhando as tendências de modernização no início do século XX.

Apesar de assumir a propriedade, Orlando Dantas constituiu-se também como um indivíduo atuante nas esferas políticas da sociedade sergipana, em partidos como Esquerda Democrática (1946), eleito deputado estadual, como também o Partido Socialista Brasileiro (1950), elegendo-se deputado federal pelo Estado de Sergipe. As suas convicções intelectuais o levaram a fundar uma das principais empresas do estado, a Gazeta Socialista (1956) que tempos depois se chamaria Gazeta de Sergipe. Nesse sentido, em sua trajetória Dantas contribuiu para o fortalecimento das usinas em Sergipe, por apoiar a modernização dessa produção.

Os Dantas e os Vieiras são exemplos de famílias que firmaram os seus empreendimentos em torno da produção de açúcar, inicialmente como engenhos ainda no século XIX e depois, com uma certa preocupação de modernização do sistema produtivo, a transformação para usina de beneficiamento de açúcar. A usina Vassouras, por exemplo, irá manter a sua atividade por décadas, fazendo parte da realidade socioeconômica capelense e recebendo inúmeros trabalhadores em suas terras de cultivo da cana, como também nas inúmeras atividades de feitura, embalagem e transporte do produto.

O desenvolvimento do município de Capela e sua produção açucareira no século XX, está intimamente atrelada a dois fatores: primeiramente ao advento da primeira usina de açúcar cristal em 1914, como também, a criação do ramal ferroviário Murta-Capela em 1915. O engenho Proveito, propriedade do Dr. Francisco Vieira de Andrade, consolidou seu pioneirismo na transformação das suas unidades produtivas. De acordo com a SEMARH (2011), nessa atividade econômica em Capela se destacam quatro usinas: Santa Clara, Vassouras, Proveito e Pedras. Essas unidades produtivas conferiram à Capela uma relevância econômica significativa estimulando o crescimento da região.

As usinas em seus anos de funcionamento fizeram com que a cidade alcançasse uma certa prosperidade econômica e empregou muitas pessoas incumbidas das mais diversas tarefas que estão presentes no processo produtivo da feitura do açúcar no âmbito das usinas. Assim como o estabelecimento das indústrias trouxeram um impacto no território capelense, o encerramento das suas atividades também trouxe consequências profundas na região:

No ano de 1988, a Usina Santa Clara encerrou suas atividades, o que trouxe um grande prejuízo para a economia do município de Capela, deixando vários trabalhadores desempregados. Na década de 1990, a Usina Vassouras também paralisou suas atividades e passou a fornecer a sua produção de cana-de-açúcar principalmente para a Usina Pinheiros, situada no município de Laranjeiras (COSTA, 2021, p. 45).

Nesse sentido, a história do município de Capela está emaranhada com a produção de açúcar, proporcionando o crescimento da região nos mais diferentes contextos desse produto no cenário nacional. O seu favorecimento natural com o Rio Japarutuba que auxilia no escoamento do produto, bem como fatores climáticos e do solo capelense, aliado a iniciativas de famílias que angariaram relevância no município em direção a produção de cana-de-açúcar, contribuíram para um lugar de destaque desse território em nível provincial e mais tarde estadual. Como exemplo dessas famílias que fizeram a sua vida na cidade pode-se salientar o caso dos Dantas, cuja herança proporcionou um empreendimento para o político e escritor Orlando Vieira Dantas, dono da Usina Vassouras, que figura no início do século XX, como umas das principais unidades produtivas de Sergipe. Ao lado da Usina Vassouras, a Usina Proveito e Usina Santa Clara, considerada a mais moderna de Capela, e a Usina Pedras, fazem parte desse centro de produção açucareira.

Ademais, para além de uma análise mais geral do cenário econômico do município de Capela-SE, este trabalho se preocupa em destacar não só o resultado objetivo e material da presença dessas usinas nesta região. Há uma força trabalhadora que está por detrás dos números e do resultado produtivo. A sustentação dessas usinas está também ligada ao braço trabalhador que se ocupava de participar de todas as etapas necessárias para que o resultado final pudesse ser satisfatório.

Logo, para adentrarmos na realidade do cotidiano desses empreendimentos é relevante analisar as formas de trabalho ali desenvolvidas, voltar os olhares para uma perspectiva do indivíduo que participou, mesmo que não integralmente, da realidade no interior dessas unidades produtivas. Nesse sentido, a história oral servirá como um instrumento para acessar esse passado de uma vivência e um cotidiano de trabalho ligado ao cultivo da cana, como também permite estender os horizontes desta pesquisa abarcando os aspectos sociais da realidade açucareira, com ênfase na questão do trabalho infantil nesse contexto.

3-Trabalho infantil nas usinas de Capela-SE: história e memória

O trabalho nas usinas citadas acima, foi analisado através do relato de experiência de uma mulher que vivenciou a realidade do processo de cultivo da cana-de-açúcar na condição de menor. A entrevistada trabalhou em três unidades produtivas (Santa Clara, Proveito e Vassouras) ainda enquanto adolescente, auxiliando nas atividades desses espaços. A preocupação do presente trabalho está orientada em compreender o funcionamento interno dessas usinas, como também analisar como esse trabalho em uma época tão sensível da vida

impactou os relacionamentos interpessoais, a questão dos estudos e a forma como essas experiências influenciaram o modo com que o indivíduo entrevistado passou a enxergar a sua própria existência e seu papel dentro da sociedade. Uma vez que, os ambientes de trabalho são espaços que não somente afetam a vida material do indivíduo, mas também fazem parte das suas vivências, de modo que as experiências obtidas podem de certa forma ser determinante na construção do sujeito.

A pessoa entrevistada se chama Neco da Conceição Santos, nascida no município de Capela-SE no dia 10 de agosto de 1955. Essa mulher começou a trabalhar muito cedo e possui neste momento 67 anos de idade. As suas memórias remontam aos 10 (dez) anos de idade quando teve a sua primeira experiência de trabalho dentro das usinas. Desse modo, a fim de cumprir os objetivos propostos, foi elaborado um questionário com perguntas norteadoras que serviram de base para a conversa que foi gravada na residência da entrevistada. De maneira geral, ela se mostrou segura da maioria dos aspectos relatados, respondendo os questionamentos de maneira clara e com riquezas de detalhes. As perguntas elaboradas dizem respeito a questões diversas como: espaço da cidade, ambiente familiar, motivação para o trabalho, funcionamento interno das usinas, relação escola-trabalho e a forma com que as experiências laborais impactaram sua infância. Nesse sentido, as perguntas visam ultrapassar a dimensão do indivíduo, visto unicamente como força de trabalho, e busca compreender o sujeito que interpreta sua realidade, a coletividade e as suas experiências.

A fim de manter uma organização nas transcrições dos relatos coletados na entrevista, adotou-se algumas convenções de escrita. O termo “NCS”, abreviação do nome da entrevistada, foi utilizado na transcrição de sua fala apresentada neste trabalho. Além disso, a sigla “P”, que significa Pesquisador, foi usada quando por algum motivo o indivíduo que estava conduzindo a entrevista precisou intervir para uma maior compreensão dos aspectos abordados.

No início da conversa buscou-se compreender como era a vida na região e como as pessoas faziam para garantir o sustento e a sobrevivência de suas famílias. A sra. Neco da Conceição diz que a maior parte dos moradores estavam ligados ao trabalho no campo e nas usinas:

NCS- Muita gente trabalhava em roça, não é? Porque naquele tempo, a maioria, tudo tinha roça, trabalhava em roça. Mas, eu mesmo, eu com dez anos de idade, eu fui trabalhar nos engenhos, nas usinas. Na usina Vassouras, Santa Clara e a Proveito. Como eu era muito criança, as mulheres plantavam e as crianças iam jogando os pedaços de cana dentro da cova e as mulheres e os adultos iam cobrindo.

Nesse momento inicial, ela destaca que as duas principais atividades de trabalho na região em que morava, eram as atividades de subsistência e o trabalho nas usinas. Sua experiência pessoal estava ligada às usinas de beneficiamento de açúcar. A idade de início no mundo do trabalho, segundo a entrevistada, é de 10 (dez) anos. Embora, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943 em seu art. 403, veda “qualquer forma trabalho a menores de 16 (dezesesseis anos) de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos”. Em 1967, em plena ditadura militar, os critérios para o trabalho infantil são alterados com uma nova legislação. A constituição vigente nesse período estabeleceu que a idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho era de 12 anos. Nesse sentido, ao analisar a fonte oral pode se admitir um equívoco a respeito do ano em que iniciou seu trabalho nas usinas. No entanto, se levado em consideração o relato, a entrevistada iniciou suas atividades laborais em 1965, ano em que não era permitido o trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, segundo a CLT.

As motivações dessas crianças para a iniciação no trabalho nesses ambientes são diversas, mas no caso de Nesy da Conceição estão ligadas a necessidade de sustentar a família. Uma vez que o único adulto presente em sua casa era sua mãe e ela já era idosa à época e seu pai havia morrido quando ela tinha somente 2 (dois) anos de idade.

NCS- As crianças iam trabalhar nas usinas para ajudar os pais.

P- A maioria trabalhava nas usinas?

NCS- Nas usinas, é. Criança, adulto, tudo misturado. Eu mesmo trabalhei para ajudar a minha mãe. Era eu e meu irmão. Minha mãe não trabalhava, já era idosa. Então, eu e minha irmã trabalhava para poder manter a casa. Mas, eu tinha muita vontade de ir para a escola, só que eu não tinha condições de estudar.

Desse modo, a composição familiar da entrevistada era formada por quatro indivíduos: sua mãe, dois irmãos, além dela. A necessidade de manter o sustento da casa, eliminava a possibilidade de somente estudar e viver a infância/adolescência, respeitando a essencialidade na socialização necessária para o desenvolvimento. Ela e seus irmãos, trabalhavam juntos nos “canaviais” das usinas presentes na região, situação, segundo a entrevistada, comum na localidade. Na sua fala ela enfoca que sua realidade não era uma exceção dentre as pessoas, de sua convivência. O trabalho desses indivíduos, segundo a entrevistada, fazia parte integrante do cotidiano de funcionamento das usinas, cabendo-lhes tarefas específicas para serem realizadas

no campo laboral. Dessa maneira, ela reafirma essa presença do trabalho infantil nas usinas em outra fala. Ao ser perguntada se havia crianças nesses espaços ela responde:

NCS- Tinha.

P- Tinha muitas crianças?

NCS- Tinha muitas crianças para ajudar.

P- E adultos também?

NCS-Adultos também. Tudo misturado.

O modo como ela foi recrutada diz muito sobre a informalidade dos processos de seleção desses menores constando também poucas formas de registro de trabalho:

NCS- Eu tinha umas colegas que elas tinham um pai que era feitor, né? Feitor, assim, da turma.

P- O nome era esse? Feitor?

NCS- Era feitor, era. Ele era quem tomava conta da gente, da turma. E lá já tinha o gerente, né? Que vinha fiscalizar a turma. Os feitores tinham aquelas turmas. Então, o meu já tinha as turmas, eu trabalhava junto com as filhas dele e com as outras colegas.

O termo utilizado para denominar o encarregado pela liderança das chamadas “turmas” (feitor), remonta a um passado colonial em que os feitores eram figuras dentro das empresas de cana-de-açúcar, exercendo, entre outras funções, o papel de vigiar, delegar ordens e punir os escravizados insurgentes com castigos físicos. Nesse caso, em específico, essa apropriação demonstra uma herança ainda escravocrata de terminologias utilizadas no contexto da colônia. No entanto, os castigos físicos e qualquer tipo de violência usado para a coerção dos trabalhadores, é negada pela entrevistada. Ao ser perguntada se havia presenciado alguma situação de maus tratos ou qualquer tipo de violência, inclusive verbal, Dona Necy respondeu:

NCS- Não, a gente brigava assim, entre os colegas. Mas não era no trabalho não. Era fora.

Para ela, o "feitor" que a iniciou no trabalho nas usinas, não era uma figura somente de autoridade, mas também uma pessoa com quem tinha um vínculo de amizade fora do ambiente laboral, assim como as outras colegas crianças. Apesar de ter esse vínculo de suposta amizade,

ela não sabe informar como era o nome do “feitor” correspondente. Em cada uma das usinas, ao que parece, houve mais de uma pessoa que executou essa função. Além disso, não havia um período estabelecido de serviço em cada uma dessas empresas. Sobre o nome dos feitores e a situação do tempo de serviço ela fala:

NCS-Foram tantos (nomes) que nem sei mais.

P- Então eram vários?

NCS- Sim. Senão, eu vou misturar a Vassoura com Santa Clara, Santa Clara com [interrupção].

P- A senhora lembra quanto tempo passou em cada uma delas ?

NCS- Não, porque era assim, quando tinha vaga. Um tempo passava na Santa Clara, outro tempo passava na Proveito, outro tempo passava na Vassouras.

Há também que se asseverar a hierarquia que se estabelecia em torno das usinas. A entrevistada não tinha um contato direto com os donos das usinas, as únicas figuras de autoridade que ela cita em seu relato são os "gerentes" e os “feitores”. O primeiro ligado à administração maior e o segundo subordinado ao gerente que também tinha a função de fiscalização.

As formas de controle de entrada e assalariamento desses menores eram bem precárias. Segundo a entrevistada, não havia registros de demissão desses menores ou algum tipo de garantia de permanência na empresa agrícola. No relato ela afirma que tanto as crianças como os adultos tinham suas “folhas de ponto “como forma de registro de suas atividades diárias:

NCS- Tinha a folha. Porque tinha o ponteiro, né? Tinha o... Como é o nome?

P- O ponto?

NCS- O ponto é. Bater o ponto. Em papel, né? Por exemplo, “fulano de tal”, veio. Quer dizer, que ali era para ganhar o dia. O dia que faltava não ganhava. Porque quando chegava no sábado, já tinha aquelas pessoas (trabalhadores) certinhas para pessoa (gerentes) pagar.

b

A respeito das atividades desenvolvidas, pode-se destacar que as crianças, segundo Dona Neco, participavam do processo de plantio da cana-de-açúcar. Sobre essa situação ela relata:

NCS- Eu pegava as canas no cesto. Os pedaços de cana eu colocava dentro do cesto e ia jogando nas covas e as mulheres, as pessoas adultas, iam cobrindo. Mas como eu era muito pequena. Muito nova. Eu não podia com o cesto. Eu

caia com o cesto. Eu pegava mais nos braços. Pegava as canas, os pedaços que estavam nos braços ia semeando e descia e pegava de novo. E tinha que correr, para não deixar a pessoa que estava comigo ficar parada. É que nem você está numa máquina e não pode faltar produto. Você tem que correr para jogar produto para poder aquela máquina moer. Era como a gente. A gente tinha que correr. A gente trabalhava mais do que quem plantava, porque quem plantava só estava ali cobrindo e a gente tinha que pegar as canas lá embaixo e subir nas ladeiras para semear. Era uma vida dura, meu fio.

O processo participado diz respeito ao cultivo de cana-de-açúcar. O processo de ceifagem da cana já pronta para moagem, segundo a entrevistada, não era realizado majoritariamente pelas crianças, talvez por exigir uma força física maior na empunhadura das ferramentas de corte. Sobre o processo de corte ela diz:

NCS- Eles (adultos) cortavam as canas, né? Braçal mesmo. Limpava as canas, cortava, jogava para lá. E já viam os tratores e os caminhões para levar para a usina.

P- E lá tinham as máquinas?

NCS- E lá já tinham as máquinas.

Analisando o relato percebe-se que as crianças ficavam encarregadas de ajudar os adultos na hora do plantio da cana. Nesse sentido, cada criança era “auxiliar” de um adulto correspondente que depositava os brotos de cana na terra. O trabalho, desse modo, exigia um certo vigor físico, uma vez que, como dito, havia uma exigência por celeridade nesse processo de plantio. Inclusive isso é acentuado na fala da entrevistada porque ela descreve um local íngreme, onde “lá embaixo” seria o lugar em que estavam depositadas as canas a serem plantadas e ao “subir nas ladeiras” ela chegaria ao lugar exato para semear. A figura do “feitor” também é lembrada por ela como uma pessoa que cobrava por celeridade no processo relatado, ou seja, havia uma cobrança por produção por parte daquele que representava os interesses daquelas usinas.

Segundo ela, os salários eram pagos aos sábados referentes aos dias trabalhados na semana. Apesar disso, havia uma disparidade de salário com relação ao valor concedido aos adultos em detrimento das crianças. Apesar de não lembrar os números exatos, a entrevistada depõe que os valores eram inversamente proporcionais a quantidade de trabalho exercida pelas crianças no espaço laboral:

NCS- [...] Criança ganhava muito pouco, trabalhava igual (aos adultos), mas para receber era muito pouco.

A legislação (1967), posteriormente adotada, apesar de prever o trabalho de crianças a partir de doze anos de idade, também tratava sobre os salários recebido por ambas as faixas etárias:

A Constituição de 1967 confirmou a proibição da diferença salarial entre trabalhadores adultos e menores e limitou novamente em 12 anos a idade para o ingresso no mercado de trabalho. No mesmo ano, a lei no. 5274 fixou o salário mínimo da criança e do adolescente em 50% do salário mínimo regional para menores de até 16 anos, e em 75% para jovens que tinham a faixa etária entre 16 e 18 anos mesma lei definiu que as empresas estariam obrigadas a empregar no seu quadro de pessoal entre 5 e 10% de adolescentes (MORAIS; FRAGA, p. 139, 2008).

A lei nº 5.274, reforça a participação dessas crianças e adolescentes no mercado de trabalho, mas não dispõe sobre a questão da carga horária que o indivíduo dessa faixa etária deveria exercer para cumprir as funções do emprego. Nesse sentido, a criança e o adolescente podiam se encontrar em uma situação de cargas horárias excessivas, enquanto a legislação previa que ela poderia receber um valor inferior aos adultos. Além disso, essa situação afeta diretamente a continuidade de seus estudos.

O salário recebido pela entrevistada servia unicamente para ajudar nas questões básicas de moradia e alimentação. Não tinha espaço para gastos que estavam fora do objetivo de sobrevivência. O dinheiro recebido e somado com seus irmãos tinha uma destinação determinada, não cabendo no orçamento familiar outras questões “além-sustento”.

P- Sobrava algo para além das coisas de casa?

NCS- Nada... nada.

P- Para se divertir? Para comprar algo?

NCS- Que nada. Todo ano que tinha um vestido de chita para vestir.

Com relação à carga horária, a entrevistada fala a respeito da sua rotina de trabalho. Ela depõe que começava às 07:00 horas, ao meio-dia havia uma pausa para o almoço e às 13:00 horas retornava ao trabalho até às 17:00 horas. Ou seja, a carga horária diária de trabalho,

segundo Necs da Conceição, era de 08 horas de trabalho, contando com o horário de almoço. A respeito dessa situação ela comenta:

NCS- O almoço era às doze horas e pegava às uma hora da tarde. Uma hora só de almoço. Tinha que comer na carreira, tomar água e ir trabalhar. E ia até cinco horas da tarde.

P- Começava às seis, era?

NCS- Começava às sete.

Tendo isso em vista, claramente não podemos generalizar a situação vivenciada e transferi-la para uma realidade geral. No entanto, há de asseverar que, no caso específico, nota-se que no período de dois anos que a entrevistada trabalhou, bem como suas colegas que seguiam a mesma rotina, exerciam suas atividades em uma jornada de trabalho que a Consolidação das Leis Trabalhistas prevê como carga horária máxima (oito horas diárias) em seus artigos de nº 58 e 65. Também deve-se lembrar que essas oito horas eram preenchidas por atividades que envolviam um enorme esforço físico e agilidade no processo de plantio da cana-de-açúcar.

A não continuação dos estudos diz respeito à rotina de trabalho que gerava um cansaço físico e mental tanto pelas atividades exercidas em si, como pelo trajeto que se percorria até acessar as usinas. Ao ser perguntada se o trabalho exercido atrapalhou na continuação dos estudos ela responde:

NCS- Com certeza, né meu fio? Caminhar como daqui na orla e depois voltar de novo. Chegava em casa tomava banho e ia para a escola. Chegava na escola eu acabava cochilando. Mas, aí eu tinha de estudar, né? Senão eu ficava de castigo. Porque até os estudos naquela época era muito puxado, pois tinha que estudar.

Apesar de ser uma projeção mental de distância, é importante destacar que do local da entrevista, localizado em Nossa Senhora do Socorro, até a Orla de Atalaia, a distância é de 19,9 km. Todavia, não é imprescindível que se tenha os números exatos do trajeto percorrido pela entrevistada, mas basta que se entenda que todos os dias ela acordava cedo para andar uma distância considerável, até chegar às usinas, trabalhava por sete horas, sendo uma hora de almoço, e depois percorria novamente o caminho de volta para casa, a fim de ir à escola.

Analisando a sua trajetória de vida, a maioria dos processos que podiam ser considerados como secundários para uma criança/adolescente, uma vez que é necessário

respeitar o processo de desenvolvimento inerente a faixa etária, foram antecipados pelas mais variadas circunstâncias da sua vida. O ingresso no mundo do trabalho, a vida matrimonial e a gravidez na adolescência chegaram de maneira “precoce” e com essas questões as responsabilidades associadas a elas. Ela descreve a suas trajetórias nessa fase:

NCS- Passei minha infância quase toda lá (Capela). Com doze anos minhas irmãs arranjaram uma casa aqui (Aracaju) para trabalhar. Então, eu vim. Elas me botaram na escola a noite e eu fui indo [...] Então, aí foi quando eu aprendi a assinar meu nome. Mas, aí logo cedo eu me casei. Com dezesseis anos eu me casei, fui logo tendo filho, tomando conta da casa e tudo.

Ela ressalta essa questão outras vezes na entrevista, a questão “vinda a Aracaju” não significou uma melhora nos seus padrões de vida, muito menos a sua dedicação integral aos estudos. Na capital ela morou em uma casa em que realizava serviços domésticos e se dedicou parcialmente aos estudos, quando alcançou uma significativa conquista ao assinar o próprio nome. No entanto, o fator casamento e nascimento dos filhos, novamente interrompeu a sequência educacional.

Em vários momentos da entrevista Dona Necs, levanta a questão da “vontade de estudar”, impossibilitada pelo trabalho nas usinas e as questões posteriores.

NCS- Eu mesmo se eu tivesse conhecimento como tem hoje e a oportunidade que eu tenho hoje, se eu tivesse naquele tempo, eu era formada. Porque eu queria muito estudar, mas não podia.

Sobre o espaço da escola, a entrevistada declarou que se identificava com o ambiente educacional e os profissionais que atuavam no local. Ao ser questionada sobre essa questão ela comenta:

NCS- Era normal, era bom. A professora era legal. A escola era espaçosa.

P- Qual a sua matéria preferida?

NCS- Português.

P- A senhora falou que a relação com as professoras era boa, não é? A senhora gostava das professoras. Mas, tinha castigos?

NCS- Fiquei quinze dias de suspensão. Meu colega queria que eu ensinasse a matemática e eu não sabia. A ponta do lápis quebrou, aí eu briguei com ele. Por isso, fiquei de castigo.

O ensino em sua época possuía uma característica ainda autoritária em relação ao processo de aprendizagem, mesmo assim, a entrevistada encara a experiência obtida neste espaço como positiva, ou pelo menos, tenta transmitir essa intenção na entrevista. Apesar de haver momentos (castigos) que fazem rememorar vivências não tão positivas. Além disso, o não conhecimento a respeito das perguntas que eram a ela direcionadas, podem ser também reflexo de uma dedicação deficitária a sua formação educacional.

As experiências tidas como importantes pela entrevistada e que trazem “boas” recordações estão ligadas a atividades do cotidiano fora do ambiente laboral.

NCS- Ah, eu brincava muito. Dava água aos animais, a vida boa era essa. A vida boa era essa, que tinha tudo aí a fartura, não é? Era muita jaca, muita manga, tinha fazenda, a gente brincava com os animais, a gente comia fruta, brincava e tudo, o bom era esse. Lavava roupa no riacho, o bom era esse, que hoje ninguém tem essa liberdade. Então, a minha infância era essa.

Desse modo, Dona Neco atribui uma relevância maior para esses momentos de descontração e demonstra que, apesar do trabalho desenvolvido de forma antecipada, ela conseguia ter esses momentos lúdicos. No entanto, admite-se que ao passar dos anos, essas vivências acabaram se tornando cada vez mais raras, devido às preocupações impostas pelas suas escolhas.

Na entrevista, Neco da Conceição, deixa claro a sua linha de raciocínio a respeito da sua vivência e o trabalho nas usinas. Primeiramente, a necessidade a fez ingressar nessas unidades produtivas juntamente com seus irmãos. Posteriormente, ela declara que as atividades exercidas exigiam um considerável esforço físico, uma vez que a produção demandava celeridade por parte dos adolescentes para garantir o plantio das cana-de-açúcar. Em terceiro lugar, ela identifica que a rotina de trabalho atrapalhava seu processo de desenvolvimento educacional no espaço escolar, justamente por conta da carga horária de trabalho e locomoção. Por fim, ela identifica que as responsabilidades que surgiram em sua trajetória a impediram de vivenciar a sua infância e juventude de forma plena, inclusive interrompendo a sua intenção de estudar e trilhar uma carreira profissional bem-sucedida.

A sentença “eu não tive infância” foi comum ser inferida por ela no processo de escuta do seu relato. A busca por aquele passado que não envolve responsabilidades de trabalho e que retoma a vontade de estudar e aprender a ler e escrever, é evidenciada pelo seguinte depoimento:

NCS- Tem quatro anos que estou na escola e agora eu estou aprendendo a ler e a escrever, Graças a Deus, né? Então, a minha vida, Graças a Deus, é boa. Minha saúde é muito boa. Faço karatê, faço aula de dança, estudo. Então, hoje que estou fazendo a minha infância.

A infância, segundo ela, está ligada ao desenvolvimento educacional, atividades lúdicas e físicas que remetem a um passado sem preocupações, cuja diversão e a satisfação pessoal era a principal prioridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, as usinas foram responsáveis pela prosperidade do município durante seus anos de funcionamento e serviu de campo de trabalho para a população da região. No entanto, em meio a essa perspectiva de oportunidade de trabalho surge a questão do trabalho infantil como parte integrante da mão-de-obra das usinas. Não é possível considerar a partir de quando esse tipo de trabalho passou a ser utilizado, mas seguindo as análises das vivências da entrevistada, pode-se compreender a realidade do trabalho infantil nas usinas de beneficiamento de açúcar, durante os primeiros anos da década de 1960. Desse modo, considera-se que a realidade do trabalho infantil não era um caso específico e isolado dentro do município de Capela-SE. Através da memória de Dona Neco é possível compreender que outras crianças e adolescentes participavam do processo de plantio da cana-de-açúcar e eram empregadas como funcionárias comuns juntamente com os adultos admitidos nas usinas. Nesse sentido, a presença de um menor era ordinária nesses espaços, apesar das legislações vigentes não permitirem tal prática.

Considera-se também que a sua motivação pessoal, revela uma realidade de pobreza em que ela e seus irmãos deveriam trabalhar para assegurar o sustento da família, não havendo a possibilidade de realizar unicamente as suas atividades educacionais. Além disso, o relato a respeito do funcionamento interno das empresas de açúcar, alertam para um cenário em que essas crianças eram submetidas a trabalhos exaustivos durante um período de tempo considerado como uma carga horária integral pela legislação.

Além disso, de uma maneira individual, os trabalhos nas usinas não permitiram que a entrevistada desenvolvesse uma infância/adolescência alicerçada nas questões educacionais, no que diz respeito à importância do aprendizado na formação do sujeito. A sua rotina de trabalho a deixava excessivamente exausta para conseguir desenvolver as suas atividades dentro do espaço da escola. Por fim, ao avaliar a sua própria trajetória de vida, ela analisa que as suas experiências laborais, e posteriormente outras responsabilidades relacionadas ao cuidado doméstico e a criação dos filhos, atrapalharam sua formação individual e a impediram de “viver a infância” de maneira plena.

Ademais, algumas questões podem ser abordadas em trabalhos posteriores. Dentre elas, uma avaliação mais ampla dos dados estatísticos do período, a fim explorara ainda mais o quanto as fontes oficiais demonstram a realidade do trabalho infantil na região. Pode-se também admitir a possibilidade de realizar entrevistas com outras pessoas que participaram dessa mesma realidade e que possam contribuir com suas memórias, no sentido de oferecer novos olhares a respeito do assunto e analisar as possíveis contradições entre os discursos. Além de compreender a origem desse tipo de trabalho nas usinas, ou seja, perceber se desde o surgimento das primeiras unidades produtivas já havia a presença de crianças e adolescentes.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. Ed. rev. e. atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **A propriedade Rural**. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Aracaju: ANPUH, 1975.

ANTONIO, Edna Maria Matos de Almeida. **A independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do império brasileiro**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

APRENDIZAGEM, Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à. **50 perguntas e respostas sobre trabalho infantil, proteção ao trabalho decente do Adolescente e Aprendizagem**. Brasília, 2016.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. **Aprova a consolidação das leis do trabalho**. Coletânea de legislação: edição federal, São Paulo, v. 7, 1943.

COSTA, Edijan Santos. **História de Capela: o uso da história local nos anos finais do ensino fundamental**. 2021. Dissertação (mestrado profissional) - Ensino de História - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2021.

DANTAS, Orlando. **A vida Patriarcal em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MORAIS, Fernanda Kallyne Rêgo de Oliveira; FRAGA, Maria de Nazaré de Oliveira. **Estado Brasileiro e a questão do trabalho infantil: ensaio socio-histórico**. Revista Rene, Fortaleza, v. 9, n.4, p.134-142, 2008.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Uma transição sutil: dos engenhos centrais às usinas**. In: **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental [online]**, 2020, Uberlândia: EDUFU, 2020, p. 67-113.

SANTOS, Nedy da Conceição. Entrevista [abr. 2023]. Entrevistador: Maxwell Santos Conceição. Nossa Senhora do Socorro, 2023. 1 arquivo .mp3 (20:20 min.)

SEMARH-SERGIPE. **Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe. Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco**. 2011.

SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **História Econômica de Sergipe (1850-1930)**. 1983. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas-SP, 1983.